



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS SOB O VIÉS DAS CAMPANHAS DE ALFABETIZAÇÃO: ALGUMAS REFLEXÕES

Lívia Sonalle do Nascimento Silva

Universidade Federal da Paraíba-UFPB, João Pessoa/PB

liviasonallens@gmail.com

RESUMO

Este trabalho traz reflexões em torno da educação de jovens e adultos a partir de um mapeamento das campanhas de alfabetização que aconteceram no nosso país no início da década de 1940, como primeiras iniciativas voltadas para essa modalidade de ensino. Destacamos ainda a inserção do pensamento pedagógico de Paulo Freire em várias propostas de educação de adultos que inspiraram outros programas de alfabetização e educação popular que se realizaram nesse contexto educacional. Neste sentido, objetivamos apontar algumas contribuições e limitações dessas campanhas no que concerne ao combate e redução do analfabetismo. A metodologia utilizada é de caráter bibliográfico, vez que este é um recorte de uma pesquisa de mestrado em construção. Esperamos que a partir do tema abordado e das conclusões suscitadas, possamos contribuir na ampliação dos conhecimentos, nas discussões e no enriquecimento da atuação de docentes que trabalham com a educação de jovens e adultos.

Palavras chave: Educação de jovens e adultos, Campanhas de alfabetização, Programas de alfabetização.

INTRODUÇÃO

Historicamente, a Educação de Jovens e Adultos, (deste ponto em diante identificado pela abreviatura EJA), nunca foi prioridade nas agendas políticas do nosso país, ficando a margem do esquecimento. As primeiras experiências relativas à EJA no Brasil, só começaram aparecer no início do século XX. Em períodos anteriores como, o colonial, o império e a primeira república, as ações foram bastante insignificantes, nos afirma Paiva (2003).

Somente a partir da segunda década do século XX, devido ao crescimento urbano e ao desenvolvimento industrial, houve um maior empenho na luta contra o analfabetismo, tanto por parte de movimentos civis como por meio dos oficiais.

Especificamente na década de 1940, começou a surgir uma política voltada para a EJA, isso, devido a grande taxa de 55% de analfabetismo na população com mais



de 18 anos, resultados do Censo deste mesmo ano. Segundo Beisiegel (2008), nessa década, também surgem os primeiros movimentos voltados para a inclusão das grandes massas de adultos analfabetos.

Durante muito tempo em nosso país o analfabetismo foi concebido como uma mazela social, algo extremamente monstruoso e que precisava ser combatido urgentemente. Álvaro Viera Pinto, ilustra bem esta concepção:

Em lugar de reconhecer no analfabetismo um *índice* natural da etapa em que se encontra o processo de desenvolvimento nacional, apresenta-o como uma anormalidade, uma monstruosidade que é preciso ‘combater’, ‘erradicar’. Estas expressões, frequentes na oratória dos promotores de campanhas de alfabetização, demonstram bem que [...] concebem o analfabetismo como um ‘mal’, uma ‘enfermidade’, uma ‘endemia’, uma ‘erva daninha’, ou seja, que veem como algo não natural no corpo da sociedade. (PINTO, 2010.p.93, grifo do autor)

O fato é que o analfabetismo não era concebido como uma deficiência culturalmente grave, e sim como uma anormalidade social. Desta forma, a educação de adultos se desenvolveu a partir de atividades de alfabetização inserida na concepção de universalização e da democratização do ensino, embora, buscando-se de certo modo, a homogeneização cultural através da escola.

AS CAMPANHAS E PROGRAMAS DE JOVENS E ADULTOS: ALGUMAS REFLEXÕES

Foi sob a perspectiva da anormalidade social que surgiram em nosso país várias campanhas de alfabetização. A primeira: Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), lançada em 1947, promovida pelo Ministério da Educação e Saúde, assumiu o caráter de uma campanha massiva de alfabetização. Sobre esta campanha, Beisiegel (2008, p.28) nos diz que “Tinha por objetivo levar a ‘educação de base’ ou a ‘educação fundamental comum’ a todos os brasileiros iletrados, nas cidades e nas áreas rurais”. Já Paiva (2003, p. 206), afirma que “[...], ela acenava com a possibilidade de preparar mão-de-obra alfabetizada nas cidades, de penetrar no



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

campo e de integrar os imigrantes e seus descendentes [...], além de melhorar a situação do Brasil nas estatísticas mundiais de analfabetismo”.

O que se percebe, mediante as afirmações, é que se tratava de uma ação que buscava promover através da leitura e da escrita, a aquisição dos valores sociais, cívicos e morais, e ainda, preparação para mão-de-obra de acordo com a necessidade do projeto desenvolvimentista daquela época. Por se utilizar dos mesmos conteúdos do ensino primário infantil, esta campanha refletiu o que Álvaro Vieira Pinto (2010) chamou de ‘visão regressiva’, que considera o adulto analfabeto como uma criança que cessou seu desenvolvimento culturalmente e por isso, procura aplicar os mesmos métodos de ensino que servem para a infância, transparecendo a imagem de um ser imaturo e ignorante, o que por sua vez, reforçava o preconceito contra o analfabeto. A CEAA funcionou durante o período de 1947 a 1963.

Em um cenário marcado pelo crescente desenvolvimento industrial e pela entrada de organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no financiamento e na implantação de políticas que atendessem a nova racionalidade econômica dos países subdesenvolvidos, é que nasce a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER). Assim, muitas das ações dos organismos citados pela via da educação, não se restringia apenas na erradicação do analfabetismo, mas, também demonstrava o seu caráter tendencioso em evitar a expansão do êxodo rural, como foi o caso da CNER. Segundo Paiva:

Pretendia a CNER contribuir para acelerar o processo evolutivo do homem rural nele despertando o espírito comunitário, a ideia de valor humano e o sentido de suficiência e responsabilidade para que não se acentuassem as diferenças entre a cidade e o campo em detrimento do meio rural onde tenderiam a enraizar-se a estagnação das técnicas de trabalho, a disseminação de endemias, a consolidação do analfabetismo, a subalimentação e o incentivo às superstições e credices [...]. Desvincula-se a reflexão sobre os métodos educativos a serem empregados na comunidade [...] da reflexão sobre a sociedade como um todo, sobre o seu modo de produção, sua formação social e suas consequências. (PAIVA, 2003, p. 225)



A visão que se propagava na época, era que o atraso social se encontrava na despreparação do homem do campo, e a aplicação de técnicas sociais, sem a análise ou reflexão da ordem socioeconômica e política, seriam suficientes para promover o desenvolvimento que tanto se almejava. A CNER promoveu suas atividades de 1952 a 1963, e seus resultados foram escassos e de pouca visibilidade, afirma Paiva (2003).

No final da década de 1950, já se reconhecia publicamente o fracasso das campanhas de massa promovidas pelo Departamento Nacional de Educação. A partir deste período, começa a se desenvolver a maior mobilização no campo da educação de adultos até antes nunca visto, através da organização de vários grupos. Nos meios oficiais, no campo educativo surgem defensores para mobilização de uma nova campanha, a CNEA, Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo.

Citando Paiva (2003, p. 241) “a CNEA preocupava-se com a educação popular de crianças e adultos e com a contribuição potencial ao desenvolvimento econômico-social. Sua programação, destinada a diversas faixas de idade, visava combater o analfabetismo em todas suas frentes”. Sua proposta se deu a partir da organização de um projeto-piloto de escolarização primária da população em idade escolar e daqueles que já tivessem ultrapassado essa idade.

Fundamentados ainda em Paiva (2003), poderíamos dizer que a CNEA tinha como principais características: ser contra as campanhas de massa, ênfase na escolarização primária das crianças como solução para o problema do analfabetismo, preocupação com a ampliação da rede escolar primária e extensão da escolaridade. Em relação aos adolescentes e adultos, tentou-se contornar os problemas da evasão, mediante estabelecimento de salário móvel para o professor, que variava de acordo com os índices de frequência e aprovação.

A avaliação feita sobre a CNEA, nas palavras de Paiva (2003, p. 247) demonstra que houve “resultados positivos e muitas de suas recomendações e conclusões chegaram efetivamente a influenciar a direção tomada pelos serviços educacionais em algumas partes do país”. Em suma, as experiências desenvolvidas pela CNEA, foram de grande importância, chegando a influenciar muitos programas de



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

educação popular surgidos no nosso país posteriormente. A CNEA foi extinta em 1961, principalmente, por falta de financiamento.

Nos primeiros anos da década de 1960, a partir do pensamento pedagógico de Paulo Freire, surgem novas propostas para a alfabetização de adultos, inspirando novos programas de alfabetização e educação popular que se realizaram no país. Esses programas foram encabeçados por estudantes, intelectuais e integrantes da igreja católica juntamente com grupos populares que já desenvolviam trabalhos educativos. Assim, atuaram educadores do MEB (Movimento de Educação de Base), ligados à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), dos CPCs (Centros de Cultura Popular), organizados pela UNE (União Nacional dos Estudantes), dos Movimentos de Cultura Popular, integrados por artistas e intelectuais, e recebiam apoio de administrações municipais, da CEPLAR (Campanha de Educação Popular) na Paraíba, que tinha vínculo com o estado, a Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler, ligada a Secretaria Municipal de Educação de Natal/RN e ainda as quarenta horas de Angicos/RN, uma experiência de educação em que foram alfabetizados 300 (trezentos) trabalhadores rurais em 45 (quarenta e cinco) dias.

Em sua concepção de educação, Freire propôs que os processos metodológicos para a alfabetização de adultos ultrapassassem as técnicas neutras e fossem viabilizadas na perspectiva da conscientização para a transformação da realidade. Para isso, o educador pernambucano, se manifesta contrário à educação bancária que desumaniza o homem e o converte em recipiente e expectador dos fatos e aponta uma concepção de educação problematizadora e libertadora. Pois, segundo o próprio Freire (2014, p.86) “É que, se os homens são seres de busca e se sua vocação ontológica é humanizar-se, podem, cedo ou tarde, perceber a contradição em que a ‘educação bancária’ pretende mantê-los e engajar-se na luta por sua libertação”.

Outro elemento fundamental do pensamento freireano, foi à forma de conceber os analfabetos, em que, estes deveriam ser reconhecidos com sujeitos da educação e não como objeto dela, sendo criadores e portadores da cultura. E o papel da educação neste contexto, seria libertar esses sujeitos de uma consciência ingênua para construir uma



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

consciência crítica, em que a alfabetização seria o instrumento que possibilitaria essa conquista, alicerçados numa relação dialógica. Como apontava Freire, (2014, p.115) “somente o diálogo, que implica um pensar crítico, é capaz, também, de gerá-lo”.

A prática do seu método de alfabetização consistia inicialmente na pesquisa do universo vocabular dos educandos, em seguida, se escolhiam as palavras pesquisadas, selecionando-as pela riqueza fonêmica, pelas dificuldades fonéticas da língua e aquelas pertencentes a situações significativas da realidade social, cultural e política. Essas seriam as palavras geradoras, que serviam como ponto de partida da discussão, seguido da decomposição das famílias fonêmicas equivalentes aos vocábulos geradores (PAIVA, 2003).

Posteriormente, as palavras geradoras eram substituídas por temas geradores, que na verdade, acabavam criando uma demanda de conhecimentos interdisciplinares e contribuía para uma leitura de mundo mais abrangente e crítica. Brandão (2013, p.39, grifos do autor) corrobora dizendo que:

Ora estes temas concretos da vida que espontaneamente aparecem quando se fala sobre ela, sobre seus caminhos, remetem a questões que sempre são as das relações do homem: com o seu meio ambiente, a natureza, através do trabalho; com a ordem social da produção de bens sobre a natureza; com as pessoas e grupos de pessoas dentro e fora dos limites da comunidade, da vizinhança, do município, da região; com valores, símbolos, ideias. Reunidos para serem materiais de discussão em fases mais adiantadas do trabalho [...], estes são os *temas geradores*.

O uso dos temas geradores permitia uma melhor compreensão da realidade, e desta forma possibilitaria maiores condições de intervenção na mesma. Depois que os resultados das primeiras experiências com o método de alfabetização se espalharam pelo país, foi proposto (por líderes estudantis, educadores, intelectuais e membros de movimentos sociais) programas federais orientados pela proposta de Paulo Freire.

Para substituir as propostas que foram suspensas e reprimidas, foi criado pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, o MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), como Fundação destinada a financiar e orientar tecnicamente programas de alfabetização, e em 1970, passou a ser o sucessor nacional da Cruzada ABC¹.

¹ A Cruzada ABC foi um programa implementado pelos norte-americanos, que contestava os movimentos educativos desenvolvidos no nordeste anteriormente inspirados no MCP ou no método Paulo Freire, em que buscava desencadear uma ação ideológica que visava legitimar a nova ordem (PAIVA, 2003).



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Implantado sem consulta ou participação da sociedade, idealizava uma melhor condição de vida aos brasileiros analfabetos, sendo necessário para isso, só a aprendizagem da leitura e escrita, sem abordagem crítica da realidade vivida. O MOBREAL tinha como missão a integração nacional, e dentro desse espírito, Paiva (2003, p.358) declara: “[...] que o material didático do Mobral difundia a ideia da responsabilidade pessoal pelo êxito ou fracasso, na medida em que ela contribui para que cada um aceite sem revolta o destino que lhe coube na estrutura social”. Ou seja, não fazia parte desse movimento qualquer perspectiva emancipatória ou problematizadora da realidade.

Ao final da década de 1970, o MOBREAL lança algumas estratégias de sobrevivência, como a diversificação de sua atuação pelo país, mas, passa a ser alvo de críticas, principalmente por não ter conseguido lograr resultados suficientes, no que se refere oferta do domínio básico da leitura e da escrita. Então, sem credibilidade nos meios políticos e educacionais, é extinto no ano de 1985, sendo substituído pela Fundação Educar.

A Fundação Educar, diferentemente do MOBREAL, passou a fazer parte do Ministério da Educação, em que “apoiava financeira e tecnicamente, as iniciativas do governo, das entidades e das empresas” (SANTOS; NASCIMENTO, 2011, p.26). A sua existência não se prolongou muito, sendo extinta no ano de 1990, pelo governo Collor, ano que marca o início de uma lacuna por parte do Governo Federal, enquanto articulador de políticas voltadas para a alfabetização de adultos, pois não houve nenhuma ação educativa oficial direcionada para esta área. O que significou a quebra de uma prática no sentido da promoção de programas e campanhas de alfabetização para pessoas jovens e adultas assumidas desde a década de 1940.

No processo de redemocratização do nosso país, é assegurado em 1988, na nova Constituição Federal, o direito de voto aos analfabetos (em caráter facultativo), e a inclusão de jovens e adultos pouco escolarizados nas garantias da obrigatoriedade e gratuidade a educação, anteriormente direcionada somente para crianças em idade escolar.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

A expectativa gerada em torno da Constituição não se sustenta na perspectiva da EJA, pois, no início da década de 1990, já era visível que a prioridade estabelecida era à universalização do Ensino Fundamental. Por pressões internacionais nesse período, é feita a tentativa de se implantar o Plano Decenal de Educação-1993/2003, objetivando acabar com o analfabetismo no país no prazo de dez anos, mas, contraditoriamente nenhuma meta foi estabelecida.

Se por um lado, a União não direcionou ou implementou políticas para esta área, ao contrário, a sociedade civil organizou algumas iniciativas, como por exemplo, a criação do Projeto Escola Zé Peão, na década de 1990, com turmas de alfabetização e pós-alfabetização para os operários da indústria da construção civil do município de João Pessoa/PB, viabilizado em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário (SINTRICOM) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), conforme expõe em sua tese de doutorado, Silva (2011)². Alguns municípios com administrações ligados aos movimentos populares também favoreceu o investimento de recursos na educação de jovens e adultos, como é o caso do MOVA (Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos) desenvolvido em São Paulo, que entre seus idealizadores estava o professor e Secretário Municipal de Educação, Paulo Freire.

Sendo também o MOVA implementado em outras administrações populares, tendo as ideias da educação popular como princípio de sua atuação. Gadotti (2003, p.94), faz referência ao MOVA-SP, dizendo que [...] “foi uma nova e importante contribuição, associada a outros programas da Secretaria Municipal de Educação, como o do ensino noturno e do ensino supletivo”. O que se pretendia, era que esse projeto fosse contínuo, como parte integrante do sistema municipal de educação, mas infelizmente, a administração posterior o extinguiu.

Em 1996, é aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB nº 9394/96, em que a EJA passa a ser instituída como modalidade da Educação Básica, e o seu ensino deve atender às necessidades e condições desses alunos. E por intermédio

² Para um maior aprofundamento consultar: SILVA, Eduardo Jorge Lopes da. Prática discursiva de formação de professores alfabetizadores de jovens e adultos em uma experiência de educação popular. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação da UFPE, Recife, 2011.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

dos artigos 37 e 38, a lei amplia o contingente de jovens e adultos que podem ser atendidos por essa modalidade, passando a assegurar gratuidade a quem não teve oportunidade de estudar na idade regular, sem nenhuma restrição quanto à idade máxima e aos estudos anteriores (JARDILINO; ARAÚJO, 2014).

Posteriormente, outros programas foram implantados, entre eles o Programa Nacional de Alfabetização Solidária (PAS), no ano de 1996, sendo o mesmo bastante criticado por estudiosos e pesquisadores da alfabetização, por fazer reedição de práticas consideradas ultrapassadas, como nos diz a citação a seguir:

Com duração de 6 meses, 1 mês para treinamento dos alfabetizadores e 5 meses para desenvolver a alfabetização, o PAS propunha uma ação conjunta entre governo federal, empresas, administrações municipais e universidades. Atendendo aos municípios com IDH-Índice de Desenvolvimento Humano inferior a 0,5 o PAS propunha às Instituições de Ensino Superior das regiões Sul e Sudeste que supervisionassem as ações nas cidades localizadas nas regiões Norte e Nordeste. (GALVÃO; SOARES, 2006, p.48-49)

Além de se caracterizar como um programa aligeirado, com professores mal preparados (pelo tempo disposto a formação), ainda reforçava a submissão entre as regiões Norte-Nordeste e o Sul-Sudeste e o preconceito para com o analfabeto. Em 2002, o PAS passou a se chamar Programa de Alfabetização Solidária (ALFASOL) e se transformou numa Organização Não Governamental – ONG.

No ano de 2003, com o início da gestão do governo Lula (2003 a 2010) foi criado mais um o programa de alfabetização, o Brasil Alfabetizado³. A Secretaria Extraordinária Nacional de Erradicação do Analfabetismo (SEEA) foi encarregada de organizar e coordenar o programa, que contava com a participação do governo, empresas, Instituições de Educação Superior (IES), ONGs, associações e outras organizações de sociedade civil.

Com relação a alguns avanços legais, podemos destacar ainda a promulgação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, em maio de

³ O PBA foi lançado anunciando o combate ao analfabetismo como prioridade do então Ministro da Educação Cristovam Buarque. A base de operação do programa é o município. A participação da União no PBA se dá na forma de apoio técnico e/ou financeiro aos parceiros que venham aderir ao programa, conforme aborda: SANTOS, Patrícia Fernanda da Costa. Programa Brasil Alfabetizado: impacto para as políticas públicas de educação de jovens e adultos em municípios do sertão paraibano. Dissertação de Mestrado. João Pessoa, UFPB/CE, 2012.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

2000 e a homologação da Resolução CNE/CEB nº 01/2000. Com isso, a EJA passa a ter a função **reparadora**, tem como objetivo devolver ao indivíduo a restauração de um direito negado; a **equalizadora**, cria condições para que o indivíduo possa restabelecer a sua trajetória escolar e a **qualificadora**, propicia a atualização de conhecimentos por toda a vida como função permanente (SANTOS; NASCIMENTO, 2011).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A partir das discussões realizadas no que se refere às Campanhas e Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos desenvolvidas no nosso país com o aparente objetivo de diminuir e erradicar o analfabetismo, somos levados a acreditar que em sua maioria, a preocupação não era alfabetizar a população adulta e tão pouco ampliar o acesso à educação formal.

A questão é que para cada campanha ou programa lançado prevalecia um objetivo maior como, por exemplo: a preparação de mão-de-obra para atuar no mercado de trabalho, vez que o país estava se desenvolvendo e necessitava de pessoas qualificadas e a diminuição do êxodo rural, devido ao grande inchaço físico das cidades, o que por sua vez, dificultava a sobrevivência por falta de infraestrutura.

Quanto pensamento pedagógico de Paulo Freire, apesar de ter sido absorvido por algumas instâncias oficiais na década de sessenta, além de grupos e movimentos sociais, sua prática não durou muito tempo e tão pouco foi ou é adotada (a exceção do município de São Paulo, com a experiência do MOVA-SP) pelos programas e projetos de educação de jovens e adultos oficiais que hoje existem. Somente algumas experiências alternativas ou aquelas que funcionam em parceria público-privado.

No entanto, o fato é que apesar de alguns avanços terem ocorrido no âmbito legal nos últimos anos no que concerne a EJA, não foi possível erradicar o analfabetismo no Brasil, ainda necessitamos de uma oferta diversificada de um conjunto de processos e práticas educacionais para jovens e adultos, na perspectiva de cobrir as lacunas descobertas pelo sistema de ensino regular.



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

REFERÊNCIAS

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Política e educação popular**: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil. Brasília: Líber Livro, 2008.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é o método Paulo Freire.** São Paulo: Brasiliense, 2013 (Coleção Primeiros Passos).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Ed.57. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GADOTTI, Moacir. (Org.) **MOVA-Brasil 10 anos:** Movimento de alfabetização de jovens e adultos. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2013.

GALVÃO, Ana Maria de O. ; SOARES, Leôncio José Gomes. História da alfabetização de adultos no Brasil. In: ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de; LEAL, Telma Ferraz. (Orgs.). **A alfabetização de jovens e adultos em uma perspectiva do letramento.** 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

JARDILINO, José R. L.; ARAÚJO, Regina M. B. **Educação de Jovens e Adultos:** Sujeitos, saberes e práticas. São Paulo: Cortez, 2014(Coleção docência em formação: Educação de Jovens e adultos).

PAIVA, V.P. Introdução. **História da Educação Popular no Brasil:** educação popular e educação de adultos. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos.** 16. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Alessandra Rodrigues dos; NASCIMENTO, Luiz Marine José. **Educação de Adultos.** Ed.1. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2011 (Cadernos de Formação, V.6).

SILVA, Eduardo Jorge Lopes da. **Prática discursiva de formação de professores alfabetizadores de jovens e adultos em uma experiência educação popular.**2011.430 f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, Recife, 2011